

Absolutismo ilustrado

e formação do imaginário imperial brasileiro no Antigo Regime (1750-1820)

Illustrated Absolutism and formation of the Brazilian imperial imaginary in the *Ancient Régime* (1750-1820)

Christian Edward Cyril Lynch

Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) . Pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e presidente do Instituto Brasileiro de História do Direito (IBHD). Editor da Revista Insight Inteligência.

clynch@iesp.uerj.br

RESUMO: Este artigo analisa como o projeto imperial luso-brasileiro, reconfigurado a partir da América Portuguesa, partia do diagnóstico de um contraste brutal: de um lado, um imenso território, cuja abundância em riquezas naturais poderia fazer da monarquia mais poderosa do mundo. De outro, escassez de população e ausência de povo geravam um impasse que deveria ser resolvido a partir de uma solução política. As condições políticas e sociais vigentes na América, somadas ao imaginário da alta burocracia monárquica, impuseram a necessidade de uma adaptação do ideário político do absolutismo ilustrado para a formação do imaginário imperial brasileiro. Nesse sentido, a transposição e adaptação do reformismo ilustrado português atua como fórmula de superação do atraso colonial e como elemento central para a posterior configuração de um imaginário imperial brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Absolutismo ilustrado; antigo regime; imaginário imperial brasileiro

ABSTRACT: This article analyzes how the Portuguese-Brazilian imperial project, reconfigured from Portuguese America, started from the diagnosis of a brutal contrast: on the one hand, an immense territory, whose abundance in natural riches could make the most powerful monarchy in the world. On the other hand, population scarcity and absence of people generated an impasse that had to be resolved through a political solution. The current political and social conditions in America, added to the imagery of the high monarchical bureaucracy, imposed the need for an adaptation of the political ideals of enlightened absolutism for the formation of the Brazilian imperial imagery. In this sense, the transposition and adaptation of Portuguese enlightened reformism acts as a formula for overcoming colonial backwardness and as a central element for the subsequent configuration of a Brazilian imperial imaginary.

KEYWORDS: Illustrated absolutism; old regime; brazilian imperial imaginary

Até o início do século XVIII, a homogeneidade da herança cristã e feudal conferira à Europa uma comum concepção do mundo, com suas sociedades de ordens, o regime de servidão, um direito geral herdado do romano e um complexo sistema de tributos e jurisdições. Entretanto, a aceleração do desmonte das estruturas medievais, o surgimento de novas tecnologias e a expansão dos poderes militares logo projetaram a Grã-Bretanha e a França no concerto europeu. Essa projeção veio acompanhada pela divulgação dos ideais iluministas, embutidos em uma filosofia da história como progresso técnico e científico elaborada no seio de uma nova sociedade de índole comercial. A sensação de retardo, perda de centralidade e vulnerabilidade percebida pelos demais monarcas europeus - como Catarina da Rússia, Frederico da Prússia, Maria Teresa e José II da Áustria e Carlos III da Espanha - levou-os a adotarem políticas tendentes a corrigir aquela rota de estagnação ou decadência. A política do chamado *despotismo esclarecido* ou *do absolutismo ilustrado*, preconizada na França por Voltaire, Helvétio e Diderot, recomendava a secularização da vida social e o fortalecimento da monarquia como condição para a modernização das estruturas sociais e econômicas, a partir do exemplo deixado por Luís XIV. Tratava-se de uma via de desenvolvimento nacional que se propagava “de cima, como um esforço pedagógico de difusão das luzes”ⁱ. Por conseguinte, a política do absolutismo esclarecido passou a ser vista, na generalidade dos países do sul da Europa, como a melhor forma de governo e esperança de realização de reformas racionaisⁱⁱ.

Foi por esse tempo que a cultura hispânica que caracterizava a identidade cultural portuguesa começou a ser modificada pelo influxo da francesa, passando a se perceber como europeia. O principal agente da segunda “revolução monárquica” portuguesa, deflagrada sob o signo das luzes, foi o primeiro-ministro de Dom José I, Sebastião de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, depois marquês de Pombal (1699-1782). Pombal estava persuadido de que a recuperação de Portugal dependia de um estilo novo de governação, que minasse o imperialismo britânico e Igreja católica. A

situação de Portugal por volta da metade do século voltara a ser periclitante: a produção aurífera brasileira entrara em declínio e o terremoto de 1755 devastara o país. Os níveis do comércio externo decresceram e a produção agrícola brasileira estagnara, devido à preferência conferida durante as décadas anteriores ao cômodo extrativismo dos metais preciosos. A agricultura metropolitana também experimentava dificuldades e sua indústria não se desenvolvia, devido à concorrência das manufaturas britânicas, francesas e holandesas. Para modernizar o reino, portanto, Pombal precisava entender as origens da superioridade comercial e militar da Grã-Bretanha e da fraqueza econômica, política e militar de Portugal, assimilando as lições dos países mais desenvolvidos. Uma política de regeneração nacional dependia de uma “revolução monárquica” de caráter ilustrado, que racionalizasse a administração, enfraquecesse a aristocracia e o clero, e proclamasse o caráter absoluto da monarquia. A desorganização provocada pelo terremoto de 1755 seria aproveitada para reconstruir o país conforme os princípios ilustrados da razão de Estado, do absolutismo e do mercantilismo. Cinco foram as políticas de caráter modernizador implantadas pelo absolutismo ilustrado de Pombal.

Em primeiro lugar, *práticas regalistas* voltadas para reafirmar o controle do Estado sobre o clero secular e neutralizar as ordens religiosas, vistas como focos de resistência aos valores da Ilustração, entraves ao progresso econômico e instrumentos de ingerência papal nos assuntos portugueses. Entre as medidas regalistas adotadas, a mais importante foi a expulsão dos jesuítas, acusados de conspirarem contra a monarquia e o progresso do reino. Pombal também favorecia o *aperfeiçoamento burocrático*, substituindo o velho sistema de ofícios que distribuía prebendas e sinecuras hereditárias à nobreza pela ampliação dos setores profissionais da burocracia, com seus cargos preenchidos pelo critério do mérito entre as faixas emergentes da sociedade. Em terceiro lugar, Pombal favorecia o *fomento econômico*, estabelecendo uma legislação voltada para estimular a produção agrícola ou manufatureira, seguindo práticas ainda

mercantilistas, nas quais já se insinuavam, todavia, elementos da economia política fisiocrata e até liberal. Em quarto lugar vinha a *reforma legislativa*, voltada para substituir antigas normas jurídicas que cristalizavam privilégios e isençõesⁱⁱⁱ. Para construir o Estado pelo alto, quatro medidas eram necessárias: primeiro, o primado do poder do príncipe sobre o pluralismo jurídico das corporações e estamentos; segundo, o do direito positivo (o “direito nacional”) sobre o direito romano e canônico (o “direito comum”); terceiro, o da lei como fonte do direito em relação aos costumes e jurisdições senhoriais; por fim, o da vontade do legislador soberano – o rei – sobre a doutrina como critério supremo de interpretação das normas jurídicas. Em quinto e último lugar, vinha a *reforma educacional*, operada pelo repúdio dos regimentos jesuíticos nos cursos superiores e pela introdução de um conteúdo programático que aproximasse os portugueses das transformações científicas acumuladas em países desenvolvidos como a Grã-Bretanha e a França. As novas instituições criadas ou reformadas por Pombal – a Escola de Comércio, o Erário Régio, o Colégio dos Nobres e a Universidade de Coimbra – forneceriam funcionários uma elite de homens habilitados para uma atuação prática de intervenção do domínio social, em que a ciência entrava como aliada do reformismo.

Como se percebe, a secularização da vida social portuguesa, longe de ter sido “natural”, foi imposta de cima pelo Estado monárquico conforme os preceitos do absolutismo ilustrado. As consequências da adoção desse método de apressar o progresso se refletiram na forma seletiva por que as autoridades se apropriaram do repertório iluminista. Porque voltado para o fortalecimento da autoridade sobre uma sociedade atrasada, o reformismo pombalino recepcionava o ideário técnico-científico da modernidade, mas se opunha a admitir sua parte politicamente mais adiantada, que grassava na Grã-Bretanha e na França. O Iluminismo que entronizava a liberdade como valor central da ordem política era um Iluminismo que Pombal não desejava: o Iluminismo da “revolução oligárquica”. Para garantir o ambiente propício às ideias de fortalecimento

da autoridade monárquica contra aquela porção indesejável da Ilustração, Pombal criou em 1768 a Real Mesa Censória, incumbida de selecionar os livros e periódicos que poderiam circular no império. Entre os livros proibidos estavam todos aqueles identificados com a política emancipatória inglesa e francesa, desde Locke até Rousseau, passando por Montesquieu. Teóricos políticos, só os alemães e italianos comprometidos com o absolutismo, como Hobbes, Pufendorf e Heineccius. Em síntese, a Ilustração não estava em Portugal a serviço do “momento oligárquico”, como na Grã-Bretanha, nem da “revolução oligárquica”, como na França: ele estava a serviço da “revolução monárquica”, voltada para a construção ideológica do Estado monárquico. Como explicou José Murilo de Carvalho, “esse Iluminismo [português] era essencialmente reformismo e pedagogismo. O seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem religioso, como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o Iluminismo italiano: um Iluminismo essencialmente cristão e católico”^{iv}.

Depois que dona Maria I subiu ao trono em 1777 e Pombal caiu em desgraça, correu pelo reino a notícia de que, profundamente católica e ligada aos adversários do marquês, a nova soberana promoveria uma reconciliação da Coroa com a nobreza e clero. O receio ilustrado de retrocesso não se concretizou. A reabilitação da velha nobreza não tinha como desafiar os interesses consolidados pelos empreendimentos pombalinos, já arraigados na sociedade portuguesa; além disso, permanecia a necessidade de reformas e de homens tecnicamente aparelhados para assessorar o Estado e garantir sua prosperidade^v. O reinado de dona Maria I apresentou uma versão mais moderada do absolutismo esclarecido denominada *reformismo ilustrado*, cujos grandes cenáculos foram a Universidade de Coimbra reformada por Pombal e a Academia de Ciências de Lisboa, fundada por Sua Majestade em 1779. Na Academia de Ciências, reuniam-se intelectuais e estadistas interessados na aplicação prática de princípios mercantilistas, fisiocráticos e liberais e pelo estudo metódico da natureza e da geografia do império. Desejavam

contribuir para o desenvolvimento econômico de Portugal, considerado condição para que o país progredisse em outros campos do conhecimento. Em suas expedições científicas, os ilustrados davam vazão ao seu interesse pela natureza das possessões ultramarinas, identificando, nomeando e classificando produtos e materiais para posterior análise de seus potenciais de exploração comercial^{vi}. A economia política de Adam Smith ocupava um lugar especial na discussão sobre o grau adequado de intervenção estatal no processo de geração de riqueza. A maioria dos ilustrados preferia um Estado coordenador, fomentador e reparador das assimetrias que o mercado não conseguia corrigir^{vii}. Na sequência da Academia de Ciências foram fundadas instituições análogas em composição e propósitos, como a Biblioteca Real e o Museu de História Natural^{viii}.

O estadista mais identificado com o reformismo ilustrado foi um afilhado de Pombal, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), que assumiu a secretaria de Marinha e de Ultramar (1796), e depois as pastas dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda. O futuro conde de Linhares era um nobre culto e inteligente, que passara quase vinte anos como diplomata no reino do Piemonte e da Sardenha absorvendo o Iluminismo de Gianbattista Vico, Cesare Beccaria e Antonio Genovese. Foi a partir de Turim, igualmente, que Dom Rodrigo conheceu a Europa e seus grandes intelectuais ilustrados. Na França de Luís XVI, Coutinho conversara com o abade Raynal sobre os problemas da administração colonial e admirara os esforços de Necker para instaurar o sistema representativo no país^{ix}. Homem de seu tempo, admirador do despotismo ilustrado de José II da Áustria, discípulo de Pombal, Dom Rodrigo defendia um sem-número de reformas, como a substituição dos ofícios hereditários da nobreza por cargos providos por mérito; a correção dos abusos clericais e o esvaziamento dos conventos; o combate à ociosidade e o incentivo a uma cultura de trabalho; a tolerância religiosa no lugar do fanatismo católico; o fomento econômico e a modernização fiscal e administrativa^x. Do ponto de vista econômico, embora não rompesse com a política mercantilista, ele

estava disposto a testar algumas das fórmulas econômicas de Adam Smith, reduzindo impostos e combatendo monopólios. Dom Rodrigo se movia por uma orientação fisiocrata que associava o despotismo esclarecido ao liberalismo econômico. O que lhe parecia fundamental, como antes a Pombal e a Dom Luís da Cunha, era que o reino luso pudesse “viver e existir como os outros europeus”^{xi}. O reformismo ilustrado era a fórmula por excelência para promover a modernização social sem questionar os fundamentos da ordem absoluta. Do ponto de vista político, embora admirasse os britânicos, Dom Rodrigo não advogava para os lusos uma constituição como a daquele país. Sua admiração pela Grã-Bretanha se devia antes às técnicas eficientes de administração das riquezas. Em um ofício de 1790, ele deixaria clara qual era a sua preferência em matéria de ideologia e de forma de governo:

Ninguém é mais apaixonado do que eu por um despotismo luminoso, em que o interesse do déspota e o da nação é inseparável, em que todos os vassalos são igualmente sujeitos à lei, todos contribuindo igualmente para a defesa e a segurança do Estado, em que nenhuns corpos intermediários da magistratura, clero ou nobreza podem, por seus pretendidos privilégios e pelos seus prejuízos, obstar a execução das ordens reais, sempre dirigidas ao bem público, porque o interesse do déspota sábio e hábil é inseparável daquele do povo^{xii}.

Para que todas essas medidas surtissem efeitos, cumpria reforçar o Estado para que cumprisse seu papel de indutor da riqueza pública e privada. Para tanto, Dom Rodrigo chamava a atenção para a centralidade do Brasil e a necessidade que Portugal tinha de reforçar seus vínculos de solidariedade com as elites luso-brasileiras, caso desejasse preservar seu império americano. As diferenças de tratamento entre europeus e americanos deveriam ser eliminadas, e os brasileiros talentosos, aproveitados pela administração imperial. Na sua *Memória sobre os melhoramentos dos domínios portugueses na América* (1797), Dom Rodrigo escrevia: “Os domínios portugueses na Europa não [...] formam senão a capital e o

centro das suas vastas possessões. Portugal reduzido a si só seria dentro de um breve período uma província da Espanha, enquanto servindo de ponto de união da monarquia, que se estendia às suas vastas possessões, era sem contradição, uma das potências, que tinha dentro de si todos os meios de figurar entre as primeiras da Europa^{”xiii}. Dom Rodrigo desejava reforçar os laços entre metrópole e colônia, postulando “luminosas reformas executadas por homens inteligentes e capazes de formar sistemas bem-organizados, e cuja utilidade seja, por todos, sentida e experimentada^{”xiv}. As reformas por ele preconizadas assegurariam “o sacrossanto princípio da unidade, primeira base da monarquia que se deve conservar com o maior ciúme, a fim de que o português nascido nas quatro partes do mundo se julgue somente português; e não se lembre senão da glória e grandeza da monarquia, a que tem a fortuna de pertencer, reconhecendo e sentindo os felizes efeitos da reunião de um só todo, composto de partes tão diferentes que, separadas, jamais poderiam ser igualmente felizes^{”xv}. Para favorecer o melhor aproveitamento dos potenciais econômicos dos produtos e artigos oferecidos pela natureza nos diversos domínios da monarquia, Dom Rodrigo fundaria a Casa Literária do Arco do Cego, chefiada pelo botânico luso-brasileiro Frei José Maria da Conceição Veloso. A tipografia serviria de centro de integração e proteção dos estudantes da América Portuguesa em Coimbra. Protegidos pelo futuro conde de Linhares, os jovens luso-brasileiros se dedicaram a traduzir textos ingleses e franceses sobre agricultura, manufatura, ciência e arte, criando em Portugal um modesto equivalente da *Enciclopédia* de Diderot e d’Alembert^{xvi}.

O impacto do absolutismo ilustrado na colônia americana de Portugal exprimiu-se no desenvolvimento cultural e na expansão da burocracia estatal. Graças aos bandeirantes liderados por Borba Gato, os metais preciosos tão insistentemente procurados foram encontrados em 1695 na região onde foi pouco depois criada a capitania das Minas Gerais. A produção de ouro e de diamantes ao longo da primeira metade do século seguinte fez de Portugal um dos grandes centros comerciais da Europa. A

descoberta desencadeou uma corrida ao ouro que levou levas de gente da costa para o interior e do reino para a colônia (a ponto de ter sido preciso coibir a emigração). Até eclesiásticos abandonavam mosteiros e conventos para tentarem a sorte nas Minas. O surto demográfico e urbano povoou o miolo do sudeste brasileiro e fez da capital da região aurífera, Vila Rica do Ouro Preto, a mais populosa da América ibérica. A necessidade de escoamento dos metais preciosos para a Europa criou estradas e movimentou o comércio. O porto do Rio de Janeiro tornou-se o mais importante do Atlântico sul. Houve um grande desenvolvimento na região da rota do ouro em matéria de serviços e cultura, principalmente literária e arquitetônica. Surgiu uma elite educada, desejosa de ascensão e integração no projeto imperial luso-brasileiro esboçado pelo marquês de Pombal e aperfeiçoado pelo conde de Linhares. As famílias abastadas enviavam seus filhos a Coimbra, onde estudavam, faziam relações e se deixavam cooptar pela burocracia imperial. Fundaram-se clubes como a Academia dos Seletos (1752) e a Academia Científica (1772), frequentadas por sacerdotes, militares, funcionários e comerciantes. Era o eco do Iluminismo português na América portuguesa: autoritário, estatista, absolutista, preocupado com a divulgação do saber vinculado às ciências naturais e voltado principalmente para o incremento e maior eficiência da atividade econômica^{xvii}.

A estratégia do projeto modernizador do absolutismo ilustrado português englobava o conjunto do império, pensado pelo poder metropolitano como uma unidade harmoniosa de partes complementares. Seu reformismo incluía medidas que resolvessem gargalos da administração colonial referentes à extração dos metais preciosos e produtos de exportação; à acomodação dos povos indígenas e o crescente descontentamento dos colonos; o tráfico e a gestão dos escravos; à regulação do comércio oceânico e à emigração dos reinóis para a América e o monopólio comercial^{xviii}. A reforma centralizadora começou pela administração. De prebendas régias exercidas como honrarias, os cargos adquiriram caráter mais profissional, passando a ser ocupados por letrados remunerados. O

corpo de servidores se expandiu em termos quantitativos e passou a exercer maior controle sobre as relações sociais. Surgiu uma nobreza burocrática formada por governadores, secretários, juízes, ouvidores, desembargadores, militares de alta patente, técnicos fazendários e autoridades eclesiásticas. Para intervir de modo mais efetivo na administração local, a Coroa determinou que juízes de fora passassem a integrar a estrutura das câmaras municipais. Ao mesmo tempo, a arrecadação dos tributos deixou de ser atribuição dos vereadores, representantes da nobreza colonial, e passou à alçada das provedorias de Fazenda, controladas pela nova burocracia monárquica. A criação de uma Casa da Moeda e de um novo Tribunal da Relação no Rio de Janeiro, para onde foi transferida a sede do vice-reino, também fortaleceram a autoridade da Coroa, em seus domínios ultramarinos. A nova burocracia promoveu uma série de alterações na forma de administrar o espaço luso-brasileiro, combatendo as jurisdições corporativas, abolindo definitivamente as capitanias hereditárias e reenquadrando as populações indígenas^{xix}. Eram os reflexos da “revolução monárquica” do lado americano do império português.

A “revolução monárquica” luso-brasileira causada pela transferência da Corte de Lisboa para o Rio provocou profundas alterações nas políticas voltadas para o Brasil. O fim do regime colonial abriu um novo horizonte de expectativas, em que a América portuguesa figurava de potência emergente. Ocorre que se tratava de uma terra onde a natureza era grande, e o homem, pequeno. Sua sociedade havia sido modelada para servir de plataforma de sustento de Portugal no contexto europeu. Era essa orientação colonial que a Coroa precisava agora desfazer, para aproximá-la dos padrões europeus. Para apressar a mudança dos costumes, Dom João recriou no Rio a Intendência Geral de Polícia, através da qual, dirigindo, moldando e instrumentalizando seus súditos, o Estado absolutista expandia as fontes últimas do poder político-militar da Coroa pelo aumento populacional, o enriquecimento dos súditos, o progresso cultural, a colonização de regiões abandonadas, a maior integração dos

indígenas, o surgimento de novas companhias, a disciplina das camadas populares e o aprimoramento das condições de limpeza e segurança da capital. Estabeleceu-se uma sociedade de Corte em torno dos paços da Boa Vista, da Cidade e da Santa Cruz, e se construiu no Largo do Rossio um teatro semelhante ao de Lisboa. Foram distribuídas comendas à nobreza da terra, incluindo títulos formais. O rei promoveu a aproximação entre os diversos segmentos das elites das regiões que formavam o reino do Brasil (1816), construindo as bases para a construção de uma identidade política comum. No domínio econômico, proclamou-se a liberdade de indústria. Para resolver problemas de crédito, foi fundado o primeiro banco da América ibérica, o Banco do Brasil. Criaram-se fábricas reais, incentivando manufaturas, pólvora e siderurgia. A agricultura diversificou-se com a introdução do café e do chá. O governo patrocinou as primeiras leva de imigrantes europeus e sobretaxou a importação de africanos, a fim de povoar os vazios demográficos e iniciar a transição para o regime de mão-de-obra livre. A elevação formal do Brasil à condição de reino (1815) coroou esse processo de descolonização e conferiu à monarquia a grandeza que lhe permitiu integrar o comitê dos principais do Congresso de Viena, que redesenhou a mapa da Europa após a derrocada de Napoleão.

A transferência da Corte foi interpretada pelo público luso-brasileiro como um momento de refundação da monarquia semelhante ao da Restauração (1640) e que cumpria as profecias relativas ao providencial destino que estava destinado ao Brasil desde os primórdios da colonização^{xx}. O “imaginário imperial” associado à colônia já era veiculado pelos cronistas coloniais quinhentistas, empenhados em combater a ideia de que a terra brasileira fosse “a mais ruim do mundo, onde seus habitantes passam a vida em contínua moléstia, sem terem quietação, e sobretudo falta de mantimentos regalados, que em outras partes costuma haver”^{xxi}. Em 1618, escrevia Ambrósio Fernandes Brandão: “A terra é disposta para se haver de fazer nela todas as agriculturas do mundo pela sua muita fertilidade, excelente clima, bons céus, disposição do seu temperamento, salutíferos ares e outros mil atributos que se lhe ajuntam”^{xxii}. E completava: “Não vejo

eu nenhuma província ou reino, dos que há na Europa, Ásia ou África, que seja tão abundante de todas elas, pois sabemos que, se têm umas lhe faltam outras”^{xxiii}. Quase duzentos anos depois, Azeredo Coutinho reiterava a cantilena: “A riqueza e a abundância que a Providência espalhou por todas as partes, ali estão juntas, como num centro [...]. O céu, a terra, todos os elementos concorrem à competência para a sua fertilidade e riqueza. Nada ali falta, tudo só espera pela mão do homem”^{xxiv}. As alusões constantes à vastidão das terras férteis e águas abundantes, às densas florestas a perder de vista e às majestosas serras das possessões americanas, a esconder incalculáveis riquezas, desembocou em um imaginário imperial especificamente brasileiro. No *Tratado descritivo do Brasil* (1587), Gabriel Soares de Sousa afirmava que, de tão opulento, o “novo reino” permitiria a edificação “de um grande império, o qual com pouca despesa destes reinos se fará tão soberano que seja um dos primeiros Estados do mundo”^{xxv}. Trinta anos depois, Ambrósio Brandão repetiria a ideia de que só um pedaço do Brasil bastaria para comportar “grandes reinos e impérios”^{xxvi}.

Esse imaginário imperial cresceu depois que, finda a União Ibérica (1640), Portugal enfrentou o torvelinho de problemas que o atormentaram na segunda metade do século. Para conseguir o apoio da França contra a Espanha, o padre Antônio Vieira já aconselhara Dom João IV a oferecer a regência do reino ao duque de Orléans (pai da noiva do herdeiro do reino) e retirar-se para as colônias da América^{xxvii}. Com a descoberta do ouro e dos diamantes das Minas Gerais e a recuperação pronta da economia, ficou clara a dependência da metrópole em relação à colônia. Em sua obra *Cultura e opulência do Brasil* (1711), Antonil já a descrevia como “a melhor e mais útil conquista, assim para a Fazenda Real, como para o bem público, de quantas outras o reino de Portugal conta”^{xxviii}. A necessidade de responder globalmente aos desafios impostos pela descoberta dos metais e pedras preciosas consolidou a imagem do Brasil como uma unidade geográfica aos olhos dos conselheiros ultramarinos^{xxix}. Na segunda metade do século XVIII, o lugar ocupado pelo Brasil foi crescendo de importância a

ponto de designar a quase totalidade do império português. Alguns estadistas voltaram a martelar a conveniência de transferir a sede da monarquia para a América, onde Portugal deixaria de ser um camundongo a fugir todo o tempo dos gatos que pretendiam devorá-lo para se tornar uma potência indisputável. Foi o caso do já referido Dom Luís da Cunha, que recomendou a Dom João V que se mudasse para o Brasil e assumisse o título de “Imperador do Ocidente”. O diplomata argumentava que “o príncipe, para poder conservar Portugal, necessita totalmente das riquezas do Brasil, e de nenhuma maneira das de Portugal [...], de que se segue que é mais cómodo, e mais seguro, estar onde se tem o que sobeja, que onde se espera o de que se carece”^{xxx}. Já sob o governo do marquês de Pombal, diante da ameaça de invasão franco-espanhola (1762), foi preparada uma esquadra destinada a transportar Dom José I em segurança para o Brasil^{xxxi}. O projeto imperial do afilhado de Pombal, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, partia da mesma premissa de que o Brasil era mais valioso para assegurar o futuro da monarquia do que o pequeno território que ela possuía na Europa. Reconhecendo que Portugal não era “a melhor, nem a mais essencial parte da monarquia”, ele aconselhava o príncipe regente Dom João a mudar-se para o Brasil^{xxxii}.

Mas o projeto imperial alimentado pelo futuro conde de Linhares também desejava prevenir o separatismo. As sedições de Vila Rica e de Salvador mostravam que a difusão de obras críticas da administração colonial e os exemplos dos Estados Unidos e da França podiam mobilizar os luso-brasileiros contra a Coroa – especialmente aqueles que, em apertos fiscais, desejavam quedar sós no proveito daquele “império”. A ideia de que a presença da Corte no Brasil impediria a secessão das capitanias já estava no ar nas últimas décadas do século XVIII, transparecendo no depoimento de um dos inconfidentes, o cônego Vieira: “Se no tempo da aclamação do Senhor Rei Dom João IV, viesse esse príncipe para o Brasil, que a esta hora se acharia a América constituindo um formidável império; e que ainda seria felicíssimo este continente, se viesse para ele algum dos príncipes portugueses”^{xxxiii}. Quando seu tataraneto, o príncipe regente Dom João,

afinal arribou na Baía de Guanabara e anunciara ter vindo à América “fundar um grande império”, era o sonho dos dois Vieiras – o padre e o cônego – que parecia se realizar. Dom João era ovacionado nas ruas da Nova capital como “imperador do Brasil” e versos laudatórios eram compostos na mesma toada: “América feliz tens em teu seio, do novo império, o fundador sublime”^{xxxiv}. De fato, seguro no Brasil, o príncipe assumiu o protagonismo político e militar que Portugal nunca tivera na Europa. Ele pretendia apenas pôr o Brasil a par de Portugal, mas criar uma grande potência que representasse o equivalente meridional dos Estados Unidos^{xxxv}. A Coroa começou promovendo campanhas de expansão territorial à maneira romana: a oeste, Portugal declarou guerra aos “bárbaros” (que não eram outros, que os índios botocudos); ao norte, ocupou território francês (a Guiana Francesa) e, ao sul, o espanhol (a banda oriental), que foi anexada ao Brasil com o nome de província Cisplatina^{xxxvi}.

O reformismo ilustrado enraizou-se assim como fórmula de superação do atraso colonial. As circunstâncias inéditas de instalação do aparelho de Estado português, representante da civilização europeia em um território largamente ainda selvagem e cuja escassa sociedade local era percebida como atrasada em função de um passado de privações derivado da colonização, criaram no Brasil um ambiente fertilíssimo para a aceitação da agenda do reformismo ilustrado. Na Europa, a Coroa geria um reino longamente assombrado pela decadência e que, sempre posto em risco pelo apetite dos vizinhos e pela má-fé dos aliados, explorava de modo precário e predatório suas distantes colônias para dispor dos recursos necessários à sua subsistência. Na América, ela se via enfim desembaraçada daquele fardo. Ela deveria agora gerir um território continental no qual a correlação de forças estava invertida. Na América do Sul, Portugal era a potência hegemônica, e Espanha e França, dois míseros anões. Essa “metropolização” do olhar da alta burocracia monárquica permitia agora pensar o Brasil como uma entidade autônoma, destinada a um futuro de grandeza, mas cuja sociedade presente ainda estava na primeira infância. Em matéria de instrução e difusão intelectual, o reino do

Brasil era o mais atrasado da América Ibérica. Também a população brasileira era percebida pelas elites ilustradas como mais viciosa que a reíno. A escravidão e a mestiçagem haviam criado uma estrutura social incrivelmente complexa e hierárquica, que combinava as diferenciações tradicionais entre estamentos e funções sociais com elementos raciais autóctones: índios aldeados ou não aldeados, negros ladinos ou boçais, libertos negros ou mestiços, tipo de ofício por eles exercido. O Brasil não parecia ter povo, mas somente “população” ou “plebe”. Quanto aos costumes, a ideia de que se tratava de terra sem lei nem virtude era corrente. O próprio Pombal advertia aos seus parentes que nomeava para governar capitanias do Brasil para se acautelarem, porque “o país influi em quase todos os espíritos na ambição e relaxação das virtudes”^{xxxvii}. Azeredo Coutinho também reconhecia em seus escritos, referindo-se ao Novo Mundo português, que “um povo que vive em um país fértil e abundante, por isso que vive farto, entrega-se mais aos prazeres, ao luxo e à ociosidade; cada cidadão vive quase como separado e independente”^{xxxviii}.

O projeto imperial luso-brasileiro reconfigurado a partir do Brasil partia assim do diagnóstico de um contraste brutal: de um lado, um imenso território, cuja abundância em riquezas naturais poderia fazer da monarquia a mais poderosa do mundo. De outro, escassez de população e ausência de povo, tal como entendido pelos parâmetros europeus. Ao invés de um povo civilizado, uma plebe ignorante, cheia de cobiça e preguiça. Um diagnóstico como esse, que impelia o estadista à pronta e contínua superação do passado colonial para atingir o futuro de grandeza inscrito nos destinos do Brasil, só favoreceu a aclimação do reformismo ilustrado como fórmula política no Novo Mundo^{xxxix}. Mais do que a Europa, a América oferecia aos ibéricos “amplas e quase inesgotáveis possibilidades de uma administração ativa, de um protagonismo ainda impossível nos territórios já controlados pela tradição”^{xl}. A atuação vigorosa de um governo ilustrado, conhecedor do território e sensível às necessidades locais, incumbido de promover o desenvolvimento de um país ainda bárbaro, passou a ser reconhecida como indispensável ao

arranque da civilização. A lógica era de grande simplicidade: quanto mais concentrado o poder, maiores as chances para o Estado de promover uma “fuga para o futuro” que reduzisse o hiato entre retardo socioeconômico e as potencialidades do território. Do ponto de vista constitucional, isso significava apostar nas virtualidades de uma constituição monárquica, deixando de lado veleidades de aristocracia, democracia ou governo misto, que somente criariam empecilhos às reformas fundamentais. Quando a Espanha conflagrada pela ocupação francesa convocou as Cortes de Cádiz (1812), o conde de Linhares criticou a medida e apontou o caminho a ser seguido por Portugal: “Ganhar o afeto do povo com justas concessões”^{xli}. Quanto mais atrasado o país, mais enérgico e esclarecido deveria ser o governo:

Acredito que o maior infortúnio que pode acontecer a uma nação é a revolução; que um homem justo e honesto jamais a possa provocar, nem mesmo ser o primeiro a declará-la; quando desafortunadamente quer a opressão quer o choque de opiniões entre os homens conduzam a semelhantes desolações. Acredito ser a monarquia absoluta superior às duas formas simples [de constituição], aristocrática e democrática, uma vez que ela é suscetível de um grande aperfeiçoamento, assim como de produzir a felicidade, uma vez que um príncipe esclarecido, conhecendo seus verdadeiros interesses, os veja como inseparáveis dos de seus súditos, e produza então um bem-estar tão considerável e rápido, que nenhuma outra forma de governo lhe possa ser comparada^{xlii}.

Os agentes do reformismo ilustrado luso-brasileiro eram principalmente os funcionários nascidos na América portuguesa. Boa parte dos colaboradores, quando moça, havia sido iniciada por Dom Rodrigo nos mistérios de arte de empregar a ciência a serviço do Estado, traduzindo trabalhos científicos na Casa Literária do Arco do Cego e criando entre si vínculos estreitos de socialização ^{xliii}. Eram homens de letras como José Bonifácio de Andrada e Silva, Mariano Pereira da Fonseca, Silvestre Pinheiro Ferreira e José da Silva Lisboa. Depois da morte do conde em 1812,

como resposta à pequena “viradeira” que se seguiu patrocinada pela nobreza tradicional, os discípulos do defunto fundaram a primeira revista luso-brasileira voltada para a publicação de artigos sobre letras, cultura, artes e ciências: *O Patriota*. Através da revista, aqueles letrados desejavam mostrar que o legado do conde sobrevivia; que a verdadeira aristocracia era aquela do mérito e não a do sangue; que a elite por ele espalhada dos dois lados do oceano não era somente administrativa, mas cultural; e que só ela poderia difundir o conhecimento indispensável à civilização luso-brasileira^{xliv}. Os artigos da revista discorriam sobre matemática, navegação e hidrografia, hidráulica, botânica, agricultura, química, medicina e mineralogia. Descreviam viagens às províncias mais distantes, relatando histórias e características das tribos indígenas, salientando a necessidade de estradas para desbravar os sertões e de civilizar os índios. Reiteravam, assim, o padrão do periférico Iluminismo português que, aos exercícios de especulação pura dos países cêntricos, preferia se concentrar na produção de conhecimentos voltados para uma intervenção prática que contornasse os obstáculos ao progresso^{xlv}. A apologia do despotismo ilustrado resultava de uma construção lógica. Eles só poderiam dissolver a política pela instituição de um déspota que servisse de muralha e guardião de uma ordem natural à qual os homens não estão ainda naturalmente ligados. A função principal do déspota era a de vigiar para que a política não despertasse. O poder racional dos ilustrados, que pretendia conformidade à ordem natural, exigia para subsistir a neutralização da política, entendida como lugar da irracionalidade e de todos os seus males, como o conflito, a desordem e o egoísmo dos interesses particulares^{xlvi}. No final do período joanino, quase todos eles serviam sob o último primeiro-ministro do regime, Tomás Antônio Villanova Portugal.

Entre os brasileiros que serviam a Dom João com mais intimidade estava o mineiro João Severiano Maciel da Costa, futuro marquês de Queluz (1769-1833). Em 1819-1820, já gozando do título de conselheiro e auxiliando o ministério de Vilanova Portugal, João Severiano escreveu uma *Memória sobre a necessidade de abolir a escravidão dos escravos africanos no Brasil*

(1821). As epígrafes condenatórias do cativo, transcrevendo excertos de Montesquieu e de Melo Freire, debuxavam patente a reiteração do método pombalino de mobilizar a sociologia das circunstâncias para os objetivos do absolutismo ilustrado. Ele lamentava que o escravismo e o agrarismo estivessem tão enraizados que “a opinião quase geral, mesmo de gente instruída, dissentia absolutamente da nossa”. Entretanto, como bom representante da Ilustração, o futuro marquês estava convicto de que “prejuízos nacionais não se destroem com a força, senão só com as luzes”^{xlvi}. Ele alegava que, embora fosse potencialmente um dos maiores impérios da terra, o Brasil ainda estava na sua infância, razão pela qual o Estado deveria “seguir a marcha que a [ciência] política nos ensina, para elevá-lo à prosperidade e grandeza que lhe marcou a Divina Providência”^{xlvi}. A memória de Maciel da Costa constitui um bom termômetro para medir os planos do reformismo ilustrado joanino para seu império americano, que incluíam a fundação de uma universidade, a promoção da imigração europeia, a extinção paulatina da escravidão e a industrialização do país. O principal obstáculo ao projeto imperial luso-brasileiro, na sua opinião, residia no “sistema de trabalho por escravos, o qual ofende os direitos da humanidade, faz infeliz uma parte do gênero humano, põe em perpétua guerra uns com os outros homens, e paralisa a indústria, que nunca pode prosperar solidamente senão em mãos de gente livre”. Era de sumo interesse da Coroa, portanto, dar continuidade ao desmonte do sistema colonial, que incluía por fim à escravidão, não apenas por questões humanitárias, mas porque ela impedia o surgimento de um “povo”, prejudicava o desenvolvimento industrial e a segurança do Estado, na medida em que promovia “a multiplicação indefinida de uma população heterogênea, desligada de todo o vínculo social, e por sua mesma natureza condição, inimiga da classe livre”^{xlix}.

A memória de Maciel da Costa era evidência do quanto a abertura de horizontes ocasionada pela transferência da Corte modificara o projeto imperial baseado em Lisboa. A elite política sempre pensara o Brasil como mera plataforma de geração de riqueza de Portugal, conforme reconhecia

o ministro Martinho de Melo e Castro em 1772: “Todo o mundo sabe que as colônias ultramarinas, sendo estabelecidas com preciso objeto de utilidade da metrópole, ou da cidade capital do reino, ou estado a que são pertencentes, e disso resultaram dessa essencial certeza máximas tão infalíveis e tão universalmente observadas na prática de todas as nações”^{vi}. Esse processo de drenagem da riqueza da periferia para um centro exigia a colaboração das elites coloniais para funcionar; que elas também percebessem a própria terra como um lugar periférico, qualitativamente inferior, que existia para gerar riqueza para fora. Era um olhar que autorizava na colônia um código de conduta de maior relaxação ou permissividade em relação à metrópole, e que incluía a maior predação do patrimônio natural, a exploração desumana de mão-de-obra, o contrabando sistemático, a inobservância de certos padrões morais, etc. Enquanto o projeto imperial original pensava Portugal como centro da civilização e o Brasil como sua periferia auxiliar, era possível, como fizera Azeredo Coutinho, defender o escravismo com base em argumentos de razão de Estado: sem escravos a colônia não produzia riqueza, e a metrópole jazeria no atraso e na ignorância, perigando desaparecer. Entretanto, mudada a Corte para o Rio de Janeiro, o projeto imperial teve de ser reconfigurado a partir da perspectiva do Brasil como centro dele. Práticas, comportamentos e instituições antes tolerados ou percebidos como naturais em uma colônia passaram a ser vistos como indesejáveis perniciosos. Por isso, modernizar a sociedade brasileira se tornava a razão de Estado por excelência da monarquia; e modernizar significava “vesti-lo à europeia, para assim nos explicarmos, e modelar sua marcha econômica pela das nações cultas, salvo o desconto das localidades, deve ser nosso empenho e desvelo”^{vii}. Formar o povo se convertia no principal objetivo dos ilustrados luso-brasileiros, corrigindo os maus hábitos e preconceitos coloniais.

Enquanto os burocratas ilustrados saudavam o caráter civilizador da monarquia no âmbito das elites, os clérigos se encarregavam de recordar à população a natureza providencial da transferência da Corte e os

progressos do Brasil desde que ele se tornara “objeto das vistas paternas do mais benéfico dos príncipes, recebendo de sua munificência favores jamais obtidos por nossos pais”^{lii}. Era o que fazia o frei Francisco do Monte Alverne (1784-1858): “O impulso vigoroso, que impele o carro, em que o Brasil se mostra doravante, não descobre uma vontade firme e determinada em promover o adiantamento do Brasil?”. Ele comparava a ação civilizadora e pacífica de Dom João àquela operada por Pedro o Grande ao fundar o Império Russo, ambos apagando “o fulgor da realeza, e instruindo-se nos mais rudes misteres, a fim de civilizar o seu povo”^{liii}. O poder absoluto do príncipe era percebido como natural em uma América ainda barbarizada e selvagem, destituída de uma sociedade sedimentada como a europeia. Descritos os brasileiros invariavelmente como cordiais, dóceis e cândidos, os clérigos aludiam à “paternal bondade” do monarca, que reformava sem atropelos. Quando da elevação do Brasil à condição de reino unido a Portugal, o cônego da Capela Imperial, o padre Luís Gonçalves dos Santos (1767-1844), rasgava elogios ao reformismo do monarca, cujo impulso difundia a civilização e afugentava a barbárie colonial:

Estas coisas insensivelmente se fazem diante dos nossos olhos, certamente com gratidão à augusta presença do senhor D. João VI, com a qual este país, de rude e agreste, vai aos poucos povoando-se, civilizando-se e embelezando-se, bem como depois de um rigoroso inverno se anima, reverdece e floresce a natureza com a chegada da risonha primavera. Sim, com a vinda de Sua Majestade para o Brasil, extinguiu-se o antigo sistema colonial, que não permitia aos brasileiros mais do que a agricultura, o trabalho das minas de ouro e as artes fabris indispensáveis, sem as quais não podem os homens viver em sociedade. Mas apenas chegou Sua Majestade, quando logo franqueou o comércio, permitiu a indústria, facultou as artes e ciências, admitiu os estrangeiros, mandou abrir estradas, facilitou a comunicação dos povos e, entre outros bens que nos concedeu, promoveu a civilização [...]. Difundindo-se a luz do centro para a periferia, elas têm chegado até nós, e virão chegando em maior

abundância, removidos os obstáculos que as impedião, pela poderosa mão do senhor D. João VI^{liv}.

Conclusão

A essa altura, fica clara a relevância da gestação do ideal de Brasil Potência no contexto do absolutismo ilustrado, entendido como a ideologia matriz do conservadorismo estatista brasileiro depois da independência, inaugurado com José Bonifácio. Esse conservadorismo, que identifica fragilidades na formação social brasileira e aposta no Estado centralizado como motor da segurança e do desenvolvimento nacionais, encontraria seus sucessivos avatares no “saquaremismo” do reinado de Dom Pedro II, nas obras de estadistas como o visconde de Uruguai, o marquês de São Vicente, o visconde do Rio Branco e o filho deste, o barão homônimo; no positivismo nacionalista de Euclides da Cunha e Alberto Torres; no neossaquaremismo de Oliveira Vianna materializado no Estado Novo e no desenvolvimentismo do regime militar, especialmente sob o governo do general Ernesto Geisel^{lv}. Em todos esses sucessivos avatares do conservadorismo estatista se encontraria, igualmente, devidamente atualizada, a concepção territorialista de gestão do espaço formulada sob o Antigo Regime, na forma de uma geopolítica prática orientando políticas públicas no campo militar, diplomático e infraestrutural. Conhecer as fundações do pensamento geopolítico brasileiro a partir da experiência fundante do absolutismo ilustrado parece assim lançar luzes sobre um longo percurso de séculos na formulação da geopolítica que, depois de 1930, se tornaria uma disciplina com doutrinadores de grande influência no meio militar, tais como Everardo Backheuser e os generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos.

NOTAS

- i GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid, Ediciones Encuentro, 2009, p.126.
- ii WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro, Renovar, 2004, pp. 38-40. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia*. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal. Quarto volume: O Antigo Regime*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- iii MAXWELL, Kenneth. *Marquês do Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2a. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, p. 79.
- iv CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 2ª. Edição, revista. Rio de Janeiro, UFRJ/Relume Dumará, 1996, p. 57.
- v SILVA, Ana Rosa Clotet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português*. São Paulo, Hucitec, 2006, p. 106-107.
- vi Idem, *ibidem*, p. 152.
- vii Idem, *ibidem*, pp. 146-147.
- viii Idem, *ibidem*, p. 112.
- ix FUNCHAL, Marquês de. *O conde de Linhares: Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa Coutinho*. Lisboa, Tipografia Bayard, 1908, p. 193.
- x POMBO, Nívea. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império português (1778-1812)*. São Paulo, Hucitec, 2015, p. 31 e 37.
- xi Idem, *ibidem*, p. 225.
- xii SANTOS, Nívea Pombo Cirne dos. *Um turista na Corte do Piemonte: dom Rodrigo de Souza Coutinho e o iluminismo italiano e francês (1778-1790)*. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41, janeiro/junho de 2009, p. 221.
- xiii In: SILVA. *Inventando a nação*, op. cit., p. 157.
- xiv MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira*. *Brasil-Portugal - 1750-1808*. 5a. Edição. Tradução de João Maia. São Paulo, Paz e Terra. 2001, p. 235.
- xv LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império: Portugal e Brasil, bastidores da política: 1798-1822*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994, p. 69.
- xvi Idem, *ibidem*, p. 154.
- xvii CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A

crise do colonialismo luso na América portuguesa (1750-1822). In: Maria Yedda Linhares (org). História geral do Brasil. Nona edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 1990, pp. 113-119.

xviii WEHLING; WEHLING. Formação do Brasil colonial, op. cit., p. 227 e 301.

xix SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade dos setecentos. In: João Luís Ribeiro Fragoso; Carla Maria Carvalho de Almeida; e Antônio Carlos Jucá Sampaio. Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p.230.

xx MARTINS, William de Souza. O púlpito em defesa do Antigo Regime: a oratória franciscana na Corte joanina. Tempo vol.17 no.31. Niterói, 2011, pp. 117-144.

xxi BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogo das grandezas do Brasil. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1977 [1618], p. 33.

xxii Idem, ibidem, p. 32.

xxiii Idem, ibidem, p. 33.

xxiv COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Obras econômicas de Azeredo Coutinho (1794-1804). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966, p. 141.

xxv SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 39.

xxvi BRANDÃO. Diálogo das grandezas do Brasil, op. cit., p. 60.

xxvii LYRA, Maria de Lourdes Viana. A transferência da Corte, o Reino Unido e a ruptura de 1822. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 168 (436), jul/set. 2007, p. 48.

xxviii ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. 3ª. Edição. Belo Horizonte, Itatiaia, 1982, p. 205.

xxix SOUSA, Laura Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 108.

xxx CUNHA, Luís da. Testamento político ou Carta escrita pelo grande D. Luís da Cunha ao Senhor Rei D. José I antes de seu governo, o qual foi do Conselho dos Senhores D. Pedro II e D. João V, e seu Embaixador às cortes de Viena, Haia e de Paris, onde morreu em 1749. Introdução de Nanci Leonzo. São Paulo, Alfa Ômega, 1976, p. 371.

xxxi LYRA. A transferência da Corte, o Reino Unido luso-brasileiro e a ruptura de 1822, op. cit., p. 48.

xxxii SILVA, Inventando a nação, op. cit., p. 98.

xxxiii CÂMARA DOS DEPUTADOS, Autos da Devassa da Inconfidência Mineira.

Volume I. Brasília, Câmara dos Deputados, 1986, p. 158.

xxxiv VIANA. A transferência da Corte, o Reino Unido luso-brasileiro e a ruptura de 1822, op. cit., p. 52.

xxxv RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. História de Portugal. Lisboa, A esfera dos livros, 2009, p. 447.

xxxvi MENEZES, Lená Medeiros de. Relações internacionais: mudanças nos dois lados do Atlântico (1801-1821). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 168 (436), jul/set. 2007, p. 125.

xxxvii POMBAL, Sebastião de Carvalho e Melo, marquês do. Memórias secretíssimas do marquês de Pombal e outros escritos. Lisboa, Publicações Europa-América, 1984, p. 191.

xxxviii COUTINHO. Obras econômicas, op. cit., p. 112.

xxxix CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, volume 13 nº 38, São Paulo, outubro de 1998.

xl BARBOZA FILHO, Rubem. Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000, p. 267.

xli LIMA. Dom João VI no Brasil, op. cit., p. 139.

xlII GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. As luzes para o Império: história e progresso nas páginas de O Patriota. In: Lorelai Kury (org). Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2007, p. 74.

xlIII Idem, ibidem, p. 35.

xlIV MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas: república das letras e imprensa na crise do império português na América. In: Lorelai Kury (org). Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2007, p. 16.

xlV KURY, Lorelai. Descrever a pátria, difundir o saber. In: Lorelai Kury (org). Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2007, p. 142.

xlVI ROSANVALLON, Pierre. O liberalismo econômico: história da ideia de mercado. Tradução de Antonio Penalves Rocha. Bauru, EDUSC, 2002, pp. 69-70.

xlVII COSTA, João Severiano Maciel da. Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil; sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer; e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1821, p. 8 e 10.

xlVIII Idem, ibidem, p. 6.

xlIX Idem, ibidem, p. 7.

I RAMOS; SOUSA & MONTEIRO. História de Portugal, op. cit., pp. 418-419.

li COSTA. Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, op. cit., p. 29.

lii ALVERNE, Frei Francisco do Monte. Obras oratórias. Nova edição. Tomo segundo. Rio de Janeiro, Garnier, 1908, pp. 272-273.

liii Idem, ibidem, p. 281.

liv SANTOS, Luís Gonçalves dos. Memórias para bem-servir à história do reino do Brasil. Livraria Rio de Janeiro, Editora Zélio Valverne, 1943, pp.580-581.

lv LYNCH, Christian Edward Cyril Lynch. Saquaremas e luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. Revista Insight Inteligência (Rio de Janeiro), n. 55, p. 21-37, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVERNE, Frei Francisco do Monte. Obras oratórias. Nova edição. Tomo segundo. Rio de Janeiro, Garnier, 1908.

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. 3ª. Edição. Belo Horizonte, Itatiaia, 1982.

BARBOZA FILHO, Rubem. Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1977 [1618].

CÂMARA DOS DEPUTADOS, *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Volume I. Brasília, Câmara dos Deputados, 1986

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do colonialismo luso na América portuguesa (1750-1822). In: Maria Yedda Linhares (org). *História geral do Brasil*. Nona edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 1990, pp. 113-119.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 2ª. Edição, revista. Rio de Janeiro, UFRJ/Relume Dumará, 1996.

_____. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 13 nº 38, São Paulo, outubro de 1998.

COSTA, João Severiano Maciel da. *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil; sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer; e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1821.

CUNHA, Luís da. *Testamento político ou Carta escrita pelo grande D. Luís da Cunha ao Senhor Rei D. José I antes de seu governo, o qual foi do Conselho dos Senhores D. Pedro II e D. João V, e seu Embaixador às cortes de Viena, Haia e de Paris, onde morreu em 1749*. Introdução de Nanci Leonzo. São Paulo, Alfa Ômega,

- 1976.
- COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Obras econômicas de Azeredo Coutinho* (1794-1804). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.
- FUNCHAL, Marquês de. *O conde de Linhares*. Dom Rodrigo Domingos Antônio de Sousa Coutinho. Lisboa, Tipografia Bayard, 1908.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independencias*. ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid, Ediciones Encuentro, 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. As luzes para o Império: história e progresso nas páginas de O Patriota. In: Lorelai Kury (org). *Iluminismo e império no Brasil*. O Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2007.
- KURY, Lorelai. Descrever a pátria, difundir o saber. In: Lorelai Kury (org). *Iluminismo e império no Brasil*. O Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2007.
- LYNCH, Christian Edward Cyril Lynch. Saquaremas e luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. *Revista Insight Inteligência* (Rio de Janeiro), n. 55, p. 21-37, 2011.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império*. Portugal e Brasil, bastidores da política: 1798-1822. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. A transferência da Corte, o Reino Unido e a ruptura de 1822. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 168 (436), jul/set. 2007.
- MARTINS, William de Souza. O púlpito em defesa do Antigo Regime: a oratória franciscana na Corte joanina. *Tempo* vol.17 no.31. Niterói, 2011, pp. 117-144.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês do Pombal*: paradoxo do Iluminismo. 'Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2a. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- _____. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira*. Brasil-Portugal – 1750-1808. 5a. Edição. Tradução de João Maia. São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- MENEZES, Lená Medeiros de. Relações internacionais: mudanças nos dois lados do Atlântico (1801-1821). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 168 (436), jul/set. 2007.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Quarto volume: O Antigo Regime. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas: república das letras e imprensa na crise do império português na América. In: Lorelai Kury (org). *Iluminismo e império no Brasil*. O Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2007.
- POMBAL, Sebastião de Carvalho e Melo, marquês do. *Memórias secretíssimas do*

-
- marquês de Pombal e outros escritos. Lisboa, Publicações Europa-América, 1984.
- POMBO, Nívea. *Um turista na Corte do Piemonte: dom Rodrigo de Souza Coutinho e o iluminismo italiano e francês (1778-1790)*. Vária História, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41, janeiro/junho de 2009.
- _____. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império português (1778-1812)*. São Paulo, Hucitec, 2015.
- RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa, A esfera dos livros, 2009.
- ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Tradução de Antonio Penalves Rocha. Bauru, EDUSC, 2002.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade dos setecentos. In: João Luís Ribeiro Fragoso; Carla Maria Carvalho de Almeida; e Antônio Carlos Jucá Sampaio. *Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para bem-servir à história do reino do Brasil*. Livraria Rio de Janeiro, Editora Zélio Valverne, 1943.
- SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português*. São Paulo, Hucitec, 2006.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- SOUSA, Laura Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro, Renovar, 2004, pp. 38-40.